

JOSÉ JAIRO GOMES

DIREITO ELEITORAL

16ª edição

Revista, atualizada e ampliada



SUMÁRIO

1	Direitos Políticos	1
1.1	Compreensão dos direitos políticos.....	1
1.1.1	Política	1
1.1.2	Direito político, direito constitucional e ciência política.....	4
1.1.3	Direitos políticos	5
1.2	Direitos humanos e direitos políticos	7
1.3	Direitos fundamentais e direitos políticos	10
1.4	Privação de direitos políticos.....	10
1.4.1	Considerações iniciais	10
1.4.2	Cancelamento de naturalização	13
1.4.3	Incapacidade civil absoluta	14
1.4.3.1	Pessoas portadoras de deficiência.....	15
1.4.4	Condenação criminal transitada em julgado	18
1.4.5	Recusa de cumprir obrigação a todos imposta	25
1.4.6	Improbidade administrativa	28
2	Direito Eleitoral	29
2.1	Conceito e fundamento do Direito Eleitoral	29
2.2	O microssistema eleitoral	31
2.3	Conceitos indeterminados	31
2.4	Fontes do Direito Eleitoral	33
2.5	Hermenêutica eleitoral	36
2.5.1	Proporcionalidade e princípio da razoabilidade.....	41
2.6	Relação com outras disciplinas.....	49

3	Princípios de Direito Eleitoral.....	51
3.1	Sobre princípios.....	51
3.1.1	Princípio e valor	57
3.2	Princípios de Direito Eleitoral.....	59
3.3	Democracia	61
3.3.1	Ideia de democracia	61
3.3.2	Democracia representativa	65
3.3.3	Estado Democrático de Direito.....	69
3.4	Soberania popular	70
3.5	Princípio republicano	71
3.6	Sufrágio universal.....	72
3.6.1	O que é sufrágio?.....	72
3.6.2	Sufrágio e cidadania.....	73
3.6.3	Classificação do sufrágio	73
3.6.4	Sufrágio e voto.....	76
3.7	Legitimidade das eleições.....	76
3.8	Moralidade	77
3.9	Probidade	80
3.10	Igualdade ou isonomia	81
3.11	Pluralismo político.....	82
3.12	Liberdade de expressão.....	84
3.12.1	Dimensão eleitoral da liberdade de expressão	89
4	Justiça Eleitoral.....	93
4.1	Considerações iniciais	93
4.2	Funções da Justiça Eleitoral	97
4.2.1	Função administrativa.....	97
4.2.2	Função jurisdicional	99
4.2.3	Função normativa	100
4.2.4	Função consultiva	101
4.3	Tribunal Superior Eleitoral	102
4.4	Tribunal Regional Eleitoral.....	105
4.5	Juízes eleitorais.....	110
4.6	Juntas Eleitorais	112
4.7	Divisão geográfica da Justiça Eleitoral.....	113
5	Ministério Público Eleitoral.....	115
5.1	Considerações iniciais	115
5.2	Procurador-Geral Eleitoral	117
5.3	Procurador Regional Eleitoral.....	117

5.4	Promotor Eleitoral.....	118
5.5	Conflitos positivos e negativos de atribuição entre membros do MP Eleitoral.....	122
6	Partidos políticos.....	125
6.1	Introdução	125
6.2	Definição	128
6.2.1	Função	129
6.2.2	Distinção de partido político e outros entes.....	130
6.2.3	Coligação partidária	131
6.3	Regime e natureza jurídica.....	133
6.3.1	Regime jurídico	133
6.3.2	Natureza jurídica.....	133
6.4	Registro no TSE.....	134
6.5	Organização	136
6.5.1	Liberdade de organização	136
6.5.2	Estrutura geral	136
6.5.3	Incorporação e fusão de partidos	139
6.5.4	Fundação e instituto partidário	140
6.6	Filiação, desfiliação, suspensão e cancelamento de filiação partidária.....	141
6.7	Propaganda partidária e intrapartidária	145
6.7.1	Propaganda partidária.....	145
6.7.2	Propaganda intrapartidária	145
6.7.3	Responsabilização por propaganda ilícita	146
6.8	Finanças partidárias.....	146
6.8.1	Financiamento partidário	146
6.8.2	Despesas partidárias	150
6.8.3	Prestação de contas partidárias	151
6.9	Fidelidade partidária.....	153
6.10	Perda de mandato por infidelidade partidária	156
6.11	Extinção de partido político	168
6.12	Competência jurisdicional para questões partidárias	169
6.13	Vícios do sistema partidário brasileiro	170
6.14	Improbidade administrativa em partido político	173
7	Sistemas eleitorais.....	177
7.1	Considerações iniciais	177
7.2	Sistema majoritário.....	178
7.2.1	Sistema distrital	179

	7.2.2	Distritão.....	181
7.3		Sistema proporcional.....	183
	7.3.1	Introdução.....	183
	7.3.2	Sistema proporcional no Brasil	184
	7.3.3	Distribuição de cadeiras – quocientes eleitoral e partidário e sobras eleitorais.....	185
	7.3.4	Críticas ao sistema proporcional.....	192
	7.3.5	Suplência	194
	7.3.6	Lista aberta, fechada e flexível	195
7.4		Sistema misto	197
8		Alistamento eleitoral	199
	8.1	Considerações iniciais	199
	8.2	Domicílio eleitoral.....	200
	8.3	Alistamento eleitoral obrigatório	201
		8.3.1 Realização do alistamento.....	201
		8.3.2 Pessoas obrigadas a se alistar.....	204
		8.3.3 Sigilo do cadastro eleitoral.....	207
	8.4	Alistamento eleitoral facultativo	208
	8.5	Inalistabilidade	209
	8.6	Transferência de domicílio eleitoral.....	210
	8.7	Cancelamento e exclusão	214
	8.8	Revisão do eleitorado.....	217
9		Elegibilidade	221
	9.1	Caracterização da elegibilidade.....	221
	9.2	Condições de elegibilidade	222
		9.2.1 Nacionalidade brasileira.....	222
		9.2.2 Pleno exercício dos direitos políticos	223
		9.2.3 Alistamento eleitoral.....	223
		9.2.4 Domicílio eleitoral na circunscrição.....	224
		9.2.5 Filiação partidária	225
		9.2.6 Idade mínima.....	228
		9.2.6.1 Há idade máxima para se candidatar?	229
	9.3	Elegibilidade de militar.....	230
	9.4	Reelegibilidade.....	232
	9.5	Momento de aferição das condições de elegibilidade	233
	9.6	Arguição judicial de falta de condição de elegibilidade	236
	9.7	Perda superveniente de condição de elegibilidade	237

10	Inelegibilidade.....	239
10.1	Conceito	239
10.2	Fonte.....	240
10.2.1	Tratado ou convenção internacional como fonte de inelegibilidade.....	241
10.3	Natureza jurídica e fundamento.....	243
10.3.1	Natureza jurídica da inelegibilidade.....	243
10.3.2	Fundamento da inelegibilidade.....	246
10.4	Princípios reitores	248
10.5	Classificação	249
10.6	Duração da inelegibilidade	251
10.7	Incompatibilidade e desincompatibilização	251
10.7.1	Desincompatibilização e reeleição	252
10.7.2	Flexibilização do instituto da desincompatibiliza- ção?.....	253
10.8	Inelegibilidades constitucionais.....	254
10.8.1	Considerações iniciais	254
10.8.2	Inelegibilidade de inalistáveis.....	255
10.8.3	Inelegibilidade de analfabetos	255
10.8.4	Inelegibilidade por motivos funcionais.....	259
10.8.5	Inelegibilidade reflexa: cônjuge, companheiro e pa- rentes.....	265
10.8.5.1	Inelegibilidade reflexa derivada de ma- trimônio e união estável.....	269
10.8.5.2	Inelegibilidade reflexa e família homoa- fetiva	274
10.8.5.3	Inelegibilidade reflexa derivada de pa- rentesco por consanguinidade ou ado- ção até o 2º grau	275
10.8.5.4	Inelegibilidade reflexa derivada de pa- rentesco por afinidade até o 2º grau	275
10.8.5.5	Município desmembrado e inelegibilida- de reflexa	276
10.8.5.6	Flexibilização da inelegibilidade reflexa ..	276
10.9	Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.....	277
10.9.1	Considerações iniciais	277
10.9.2	A Lei Complementar nº 64/90.....	278
10.9.3	Inelegibilidades legais absolutas – LC nº 64/90, ar- tigo 1º, I.....	279
10.9.3.1	Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, b)	279

10.9.3.2	Perda de mandato executivo (art. 1º, I, c)....	281
10.9.3.3	Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, d).....	282
10.9.3.4	Condenação criminal, vida pregressa e presunção de inocência (art. 1º, I, e)	287
10.9.3.5	Indignidade do oficialato (art. 1º, I, f)	296
10.9.3.6	Rejeição de contas (art. 1º, I, g)	296
10.9.3.7	Abuso de poder econômico ou político por agente público (art. 1º, I, h)	308
10.9.3.8	Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, i).....	311
10.9.3.9	Abuso de poder: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, j)	312
10.9.3.10	Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, k)....	315
10.9.3.11	Improbidade administrativa (art. 1º, I, l)	318
10.9.3.12	Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, m).....	322
10.9.3.13	Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, n)	322
10.9.3.14	Demissão do serviço público (art. 1º, I, o)....	324
10.9.3.15	Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, p)	326
10.9.3.16	Aposentadoria compulsória e perda de cargo de magistrado e membro do Mi- nistério Público (art. 1º, I, q)	330
10.9.4	Inelegibilidades legais relativas – LC nº 64/90, arti- go 1º, II a VII.....	330
10.9.4.1	Inelegibilidade para Presidente e Vice- -Presidente da República	333
10.9.4.2	Inelegibilidade para Governador e Vice- -Governador	335
10.9.4.3	Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Pre- feito	335
10.9.4.4	Inelegibilidade para o Senado	335
10.9.4.5	Inelegibilidade para a Câmara de Depu- tados	336
10.9.4.6	Inelegibilidade para a Câmara Municipal....	336
10.9.4.7	Situações particulares.....	336
10.10	Arguição judicial de inelegibilidade	345
10.11	Aferição das causas de inelegibilidade.....	346

10.11.1	Regra geral: aferição no momento do registro de candidatura	346
10.11.2	Inelegibilidade superveniente: momento de aferição	346
10.11.3	Inelegibilidade posterior à data da eleição: irretroatividade da inelegibilidade	348
10.12	Elegibilidade superveniente	348
10.12.1	Alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao pedido de registro: parte final do § 10, art. 11, LE...	348
10.12.2	Revogação da suspensão do ato gerador da inelegibilidade	354
10.12.3	Inelegibilidade extinta após a data da eleição: irretroatividade da elegibilidade.....	356
10.13	Suspensão de inelegibilidade	356
10.13.1	O artigo 26-C da LC nº 64/90	356
10.13.2	Efeito suspensivo de recurso.....	360
11	Processo eleitoral.....	361
11.1	O que é processo eleitoral?	361
11.2	Salvaguarda do processo eleitoral	366
11.3	Anualidade eleitoral	367
12	Convenção partidária	375
12.1	Caracterização da convenção partidária	375
12.2	Impugnação da convenção.....	380
12.3	Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção? ...	381
12.4	Modo de indicação de candidato para vaga remanescente e substituição	381
12.5	Deliberação sobre coligação partidária	382
12.6	Prévias partidárias ou eleitorais.....	382
12.6.1	Primárias americanas	382
13	Registro de candidatura.....	385
13.1	Processo de registro de candidatura	385
13.1.1	Considerações iniciais	385
13.1.2	Rito.....	388
13.1.3	Formalidades para o pedido de registro	394
13.1.3.1	Documentos necessários ao registro.....	396
13.1.3.2	Identificação do candidato	406
13.1.3.3	Verificação e validação de dados e fotografia	407

13.1.4	Requerimento de registro de candidatura individual – RRCI.....	408
13.1.5	Candidatura nata.....	408
13.1.6	Número de candidatos que pode ser registrado por partido	408
13.1.7	Quota eleitoral de gênero.....	412
13.1.7.1	A questão dos trans, transgênero e transsexual.....	418
13.1.7.2	Fraude na quota de gênero	419
13.1.7.3	Financiamento da quota de gênero	421
13.1.8	Vagas remanescentes.....	422
13.1.9	Substituição de candidatos.....	422
13.1.9.1	Substituição de candidato majoritário	425
13.1.9.2	Substituição de candidato proporcional....	427
13.2	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	427
13.2.1	Notícia de inelegibilidade.....	428
13.2.2	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)	429
13.2.2.1	Caracterização da ação de impugnação de registro de candidato.....	429
13.2.2.2	Procedimento	431
13.2.2.3	Prazos	431
13.2.2.4	Início do processo.....	432
13.2.2.5	Competência	433
13.2.2.6	Petição inicial	433
13.2.2.7	Objeto.....	434
13.2.2.8	Causa de pedir.....	434
13.2.2.9	Partes	438
13.2.2.10	Citação do impugnado.....	443
13.2.2.11	Defesa	443
13.2.2.12	Desistência da ação.....	444
13.2.2.13	Tutela provisória	446
13.2.2.14	Extinção do processo sem resolução do mérito	449
13.2.2.15	Julgamento antecipado do mérito	450
13.2.2.16	Fase probatória: audiência de instrução e diligências	451
13.2.2.17	Alegações finais.....	453
13.2.2.18	Julgamento.....	454

	13.2.2.19 Eficácia da decisão que denega registro de candidatura.....	455
	13.2.2.20 Recurso.....	457
14	Campanha eleitoral.....	465
14.1	Campanha eleitoral e captação de votos	465
14.2	Direitos e deveres de candidatos no processo eleitoral	466
14.2.1	Direitos de candidato.....	467
14.2.2	Deveres de candidato.....	467
15	Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas	471
15.1	Financiamento de campanha eleitoral.....	471
15.1.1	Modelos de financiamento de campanha eleitoral	471
15.1.2	Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral	478
15.1.2.1	Limite de gastos de campanha	478
15.1.2.2	Financiamento público	479
15.1.2.3	Financiamento privado.....	482
15.1.2.3.1	Introdução	482
15.1.2.3.2	Início e fim da arrecadação privada de recursos.....	482
15.1.2.3.3	Formalidades para arrecadação de recursos: inscrição no CNPJ, abertura de conta bancária	483
15.1.2.3.4	Documentação da arrecadação	485
15.1.2.4	Recursos de campanha.....	486
15.1.2.5	Objeto da doação	491
15.1.2.6	Fontes de financiamento proibidas.....	493
15.1.2.7	Gastos eleitorais sujeitos a registro	496
15.1.2.8	Gastos eleitorais não sujeitos a registro ...	500
15.1.2.9	Administração financeira da campanha....	501
15.2	Prestação de contas de campanha eleitoral.....	502
15.2.1	Generalidades	502
15.2.2	Formas de prestação de contas	503
15.2.3	Prestações de contas parciais e finais.....	504
15.2.4	Procedimento na Justiça Eleitoral.....	505
15.2.5	Julgamento da prestação de contas	506

15.2.5.1	Sobras de campanha, recursos de fundos públicos, de fonte vedada e origem não identificada	510
15.2.5.2	Prazo para o julgamento das contas.....	512
15.2.5.3	Recursos.....	512
15.2.5.4	Omissão de informações e falsidade ideológica.....	513
15.2.6	Assunção de dívida de campanha pelo partido	514
15.2.7	Conservação dos documentos.....	515
15.3	Ação por doação irregular a campanha eleitoral	516
16	Pesquisa eleitoral.....	523
17	Propaganda eleitoral.....	529
17.1	Propaganda política	529
17.1.1	Caracterização da propaganda política.....	529
17.1.2	Influência das novas tecnologias comunicacionais ...	532
17.1.3	Tipos de propaganda política	536
17.2	Propaganda eleitoral	538
17.2.1	Definição	538
17.2.2	Princípios da propaganda eleitoral	539
17.2.3	Classificação.....	541
17.2.4	Generalidades	544
17.2.5	Propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada ...	547
17.2.6	Propaganda em bem público	557
17.2.7	Propaganda em bem de uso ou acesso comum.....	559
17.2.8	Propaganda em bem cujo uso dependa de autorização, cessão ou permissão do Poder Público.....	560
17.2.9	Propaganda em bem particular.....	562
17.2.10	<i>Outdoor</i>	565
17.2.11	Distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos	566
17.2.12	Comício, showmício e eventos assemelhados	567
17.2.13	Alto-falante, carro de som, minitrio e trio elétrico	568
17.2.14	Reunião e manifestação coletiva	570
17.2.15	Templo, culto e cerimônia religiosos.....	570
17.2.16	Caminhada, passeata e carreata	571
17.2.17	Propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens	571
17.2.18	<i>Telemarketing</i> eleitoral.....	572

17.2.19	Mensagens de felicitação e agradecimento	573
17.2.20	Divulgação de atos e atuação parlamentar.....	573
17.2.21	Mídia: meios de comunicação social.....	574
17.2.22	Mídia escrita	575
17.2.23	Mídia virtual.....	576
17.2.24	Rádio e televisão.....	577
17.2.24.1	Aspectos da propaganda no rádio e na televisão.....	577
17.2.24.2	Entrevistas com candidatos.....	581
17.2.24.3	Debate	582
17.2.24.4	Debate virtual.....	585
17.2.25	Propaganda gratuita no rádio e na televisão	585
17.2.25.1	Introdução	585
17.2.25.2	Conteúdo da propaganda	588
17.2.25.3	Distribuição do tempo de propaganda	589
17.2.25.4	Primeiro turno das eleições.....	591
17.2.25.5	Segundo turno das eleições	594
17.2.25.6	Invasão de horário e participação de apoiador	594
17.2.25.7	Inexistência de emissora geradora de si- nais de rádio e televisão	597
17.2.25.8	Sanções.....	599
17.2.26	Propaganda na Internet e redes sociais.....	600
17.2.27	Página institucional na Internet.....	612
17.2.27.1	Página institucional na Internet de candi- dato a reeleição ou a outro cargo eletivo ...	614
17.2.28	Dia das eleições: propaganda e liberdade de ex- pressão dos eleitores.....	614
17.2.29	Violação de direito autoral.....	616
17.2.30	Pronunciamento em cadeia de rádio ou TV	617
17.2.31	Imunidade parlamentar material.....	617
17.3	Representação por propaganda eleitoral ilícita	618
17.3.1	Procedimento do artigo 96 da Lei das Eleições.....	618
17.3.2	Caracterização da representação por propaganda eleitoral ilícita	618
17.3.3	Aspectos processuais da representação.....	619
17.3.3.1	Procedimento	619
17.3.3.2	Prazos	620
17.3.3.3	Intimação de partes, procuradores e Mi- nistério Público	622

	17.3.3.4	Início do processo.....	623
	17.3.3.5	Petição inicial.....	623
	17.3.3.6	Objeto.....	624
	17.3.3.7	Causa de pedir.....	624
	17.3.3.8	Partes.....	625
	17.3.3.9	Prazo para ajuizamento.....	628
	17.3.3.10	Desistência da ação.....	630
	17.3.3.11	Competência.....	630
	17.3.3.12	Tutela provisória de urgência.....	634
	17.3.3.13	Tutela de evidência.....	635
	17.3.3.14	Citação do representado.....	635
	17.3.3.15	Defesa.....	636
	17.3.3.16	Intervenção obrigatória do Ministério Público.....	636
	17.3.3.17	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	636
	17.3.3.18	Julgamento antecipado do mérito.....	636
	17.3.3.19	Fase probatória.....	637
	17.3.3.20	Alegações finais.....	639
	17.3.3.21	Julgamento.....	640
	17.3.3.22	Recurso.....	641
17.4		Direito de resposta.....	646
	17.4.1	Caracterização do direito de resposta.....	646
	17.4.2	Aspectos processuais do pedido de direito de resposta.....	651
18		Eleições, voto e proclamação dos resultados.....	659
	18.1	Introdução.....	660
	18.2	Sobre o voto.....	661
	18.2.1	Definição e classificação do voto.....	661
	18.2.2	Voto e escrutínio.....	666
	18.2.3	Voto eletrônico ou informatizado.....	667
	18.2.4	Críticas ao sistema de votação: transparência da urna eletrônica e voto impresso.....	669
	18.3	Garantias eleitorais.....	671
	18.3.1	Introdução.....	671
	18.3.2	Garantias de eleitores, mesários, fiscais e candidatos.....	673
	18.3.3	Transporte de eleitores.....	675
	18.3.4	Oferta de alimentos a eleitores.....	676
	18.3.5	Restrição de acesso ao local de votação.....	676

18.3.6	Prioridade postal.....	677
18.3.7	Lei seca.....	677
18.3.8	Participação de forças federais nas eleições.....	677
18.3.9	Feriado nacional	679
18.4	Preparação para as eleições.....	679
18.5	Preparação para a votação.....	682
18.6	Votação	684
18.7	Apuração e totalização dos votos	689
18.8	Proclamação dos resultados.....	690
19	Diplomação	693
19.1	Caracterização da diplomação.....	693
19.2	Candidato eleito com pedido de registro <i>sub judice</i>	696
20	Invalidade: nulidade e anulabilidade de votos.....	701
20.1	Considerações iniciais	701
20.2	Invalidade no Direito Eleitoral	704
20.2.1	Delineamento da invalidade no Direito Eleitoral	705
20.2.1.1	Inexistência.....	706
20.2.1.2	Nulidade.....	707
20.2.1.3	Anulabilidade	715
20.3	Prazos para arguição.....	722
20.4	Efeito da invalidade.....	724
21	Ilícitos eleitorais e responsabilidade eleitoral.....	725
21.1	Ilícito eleitoral	725
21.1.1	Configuração do ilícito eleitoral	725
21.1.2	Sanção por ilícito eleitoral e proporcionalidade	726
21.1.3	Espécies de ilícitos eleitorais	727
21.2	Abuso de poder.....	727
21.2.1	Introdução.....	727
21.2.2	O que é abuso de poder?	728
21.2.3	Poder e influência	731
21.2.4	Tipologia legal do abuso de poder: <i>numerus clausus</i> ou <i>numerus apertus</i> ?	731
21.2.5	Abuso de poder econômico	734
21.2.6	Abuso de poder de autoridade	735
21.2.7	Abuso de poder político	738
21.2.8	Abuso de poder político-econômico	740
21.2.9	Abuso de poder midiático.....	741

21.2.10	Abuso de poder na Internet, meios digitais e redes sociais.....	744
21.2.11	Abuso de poder mediante discurso: os atos perlocutórios.....	747
21.2.12	Abuso de poder religioso	750
21.2.13	Abuso de poder docente.....	753
21.2.14	Gravidade das circunstâncias	754
21.2.15	Sanção por abuso de poder	755
21.3	Fraude	755
21.3.1	Sanção por fraude	757
21.4	Corrupção	758
21.4.1	Sanção por corrupção.....	761
21.5	Captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais – LE, art. 30-A.....	761
21.5.1	Caracterização da captação ou gasto ilícito de recursos	761
21.5.2	Sanção por captação ou gasto ilícito de recursos.....	764
21.6	Captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A	764
21.6.1	Caracterização da captação ilícita de sufrágio	764
21.6.2	Sanção por captação ilícita de sufrágio	775
21.7	Condutas vedadas a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78.....	775
21.7.1	Caracterização da conduta vedada	775
21.7.2	Espécies de condutas vedadas	779
21.7.2.1	Cessão ou uso de bens públicos – art. 73, I.....	780
21.7.2.2	Uso de materiais ou serviços públicos – art. 73, II.....	785
21.7.2.3	Cessão ou uso de servidor público para comitê de campanha eleitoral – art. 73, III	787
21.7.2.4	Uso promocional de bens ou serviços públicos – art. 73, IV	788
21.7.2.5	Nomeação, admissão, transferência ou dispensa de servidor público – art. 73, V.....	790
21.7.2.6	Transferência voluntária de recursos – art. 73, VI, <i>a</i>	792
21.7.2.7	Propaganda institucional em período eleitoral – art. 73, VI, <i>b</i>	794
21.7.2.8	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão – art. 73, VI, <i>c</i>	797
21.7.2.9	Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração Pública ou por entidade vinculada a candidato – art. 73, §§ 10 e 11	798

	21.7.2.10	Infringir o § 1º do art. 37 da CF – art. 74....	800
	21.7.2.11	Despesas excessivas com propaganda institucional – art. 73, VII.....	802
	21.7.2.12	Revisão geral de remuneração de servidores – art. 73, VIII	804
	21.7.2.13	Contratação de <i>show</i> artístico em inauguração de obra – art. 75	806
	21.7.2.14	Comparecimento de candidato em inauguração de obra pública – art. 77.....	806
	21.7.2.15	Sanção por conduta vedada e proporcionalidade	808
21.8		Responsabilidade eleitoral.....	810
	21.8.1	Noção de responsabilidade jurídica	810
	21.8.2	Responsabilidade eleitoral e seu fundamento	811
	21.8.3	Exigência de processo justo	815
22		Perda de mandato eletivo, invalidação de votos e eleição suplementar	817
22.1		Extinção de mandato eletivo.....	817
	22.1.1	Causa não eleitoral de extinção de mandato	818
22.2		Causa eleitoral de extinção de mandato eletivo	819
	22.2.1	Cassação de diploma ou mandato por abuso de poder e invalidação da votação	820
	22.2.2	Indeferimento ou cassação de registro de candidatura e invalidação da votação	821
22.3		Eleição suplementar, invalidação de votos – o art. 224 do CE.....	823
	22.3.1	O artigo 224 do Código Eleitoral	823
		22.3.1.1 O regime do <i>caput</i> do art. 224 do CE.....	824
		22.3.1.2 O regime do § 3º do art. 224 do CE.....	825
	22.3.2	Constitucionalidade do art. 224, §§ 3º e 4º, do CE.....	829
	22.3.3	Eleição suplementar: novo processo eleitoral ou mera renovação do escrutínio anterior?	831
	22.3.4	Eleição suplementar direta e indireta	832
	22.3.5	Ao causador da invalidação da eleição é vedado disputar o novo pleito suplementar	833
	22.3.6	Responsabilidade civil por danos materiais e morais coletivos decorrentes da realização de eleição suplementar.....	834
23		Ações eleitorais: procedimento do art. 22 da LC nº 64/90.....	839
23.1		Processo jurisdicional eleitoral.....	839

23.2	Tópicos processuais.....	841
23.2.1	Devido processo legal.....	841
23.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	842
23.2.3	Celeridade	842
23.2.4	Imparcialidade dos agentes da Justiça Eleitoral	842
23.2.5	Demanda ou dispositivo	843
23.2.6	Impulso oficial.....	844
23.2.7	Congruência ou correlação entre a imputação e a sentença	844
23.2.8	Aditamento e alteração da causa de pedir	845
23.2.9	Persuasão racional do juiz e artigo 23 da LC nº 64/90	846
23.2.10	Fundamentação das decisões judiciais	847
23.2.11	Publicidade.....	848
23.2.12	Boa-fé objetiva e lealdade.....	848
23.2.13	Instrumentalidade do processo	849
23.2.14	Gratuidade	849
23.2.15	<i>Amicus curiae</i>	850
23.2.16	Autocomposição, conciliação e mediação	851
23.2.17	Negócio jurídico processual.....	852
23.2.18	Prioridade na tramitação de feitos quanto a idoso, portador de doença grave e portador de deficiência	855
23.2.19	Processo judicial eletrônico – PJe	856
23.2.20	Sessão de julgamento por meio eletrônico	857
23.3	Ações eleitorais	859
23.4	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) por abuso de poder.....	862
23.4.1	Considerações iniciais	862
23.4.2	Procedimento da AIJE	863
23.4.3	Atos judiciais e ordinatórios	864
23.4.4	Prazos processuais.....	864
23.4.5	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público.....	867
23.4.6	Início do processo	869
23.4.7	Petição inicial.....	869
23.4.8	Objeto	871
23.4.9	Causa de pedir	871
23.4.10	Partes.....	876
23.4.11	Prazo para ajuizamento	884
23.4.12	Litispendência e coisa julgada	886

23.4.13	Desistência da ação	887
23.4.14	Competência.....	888
23.4.15	Tutela provisória de urgência antecipada.....	889
23.4.16	Tutela provisória de urgência cautelar.....	892
23.4.17	Tutela de evidência.....	892
23.4.18	Citação do representado.....	893
23.4.19	Defesa	894
23.4.20	Arguição de incompetência	896
23.4.21	Arguição de imparcialidade do juiz: impedimento e suspeição.....	896
23.4.22	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	900
23.4.23	Julgamento antecipado do mérito.....	900
23.4.24	Provas.....	902
23.4.25	Colheita e produção antecipada de provas	930
23.4.26	Audiência de instrução probatória	931
23.4.27	Diligências.....	932
23.4.28	Alegações finais	933
23.4.29	Relatório	934
23.4.30	Julgamento	934
23.4.31	Anulação da votação.....	939
23.4.32	Recurso.....	939
	23.4.32.1 Recurso contra decisão interlocutória	939
	23.4.32.2 Recurso contra decisão final, extintiva do processo ou da fase cognitiva do procedimento	943
	23.4.32.3 Juntada de documento novo no recurso..	945
23.4.33	Efeitos do recurso.....	946
	23.4.33.1 Efeito imediato do acórdão que cassa diploma: afastamento do mandatário cassado.....	948
23.4.34	Juízo de retratação.....	949
23.4.35	Recurso adesivo.....	950
23.4.36	Sessão de julgamento por meio eletrônico	950
23.5	Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais – LE, art. 30-A.....	950
23.6	Ação por captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A	957
23.7	Ação por conduta vedada a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78 ...	964
23.8	Cúmulo de ações: Cúmulo de pedidos em um mesmo processo	971
23.9	Conexão e reunião de causas eleitorais	972

	23.9.1	Juízo competente.....	975
	23.9.2	Procedimento a ser observado	976
	23.10	Extensão da <i>causa petendi</i> e princípio da congruência	976
24		Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	979
	24.1	Caracterização da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	979
	24.1.1	Compreensão da AIME.....	979
	24.1.2	Inelegibilidade e AIME.....	981
	24.2	Procedimento da AIME	983
	24.2.1	Introdução.....	983
	24.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	985
	24.2.3	Temas comuns com o procedimento da AIJE.....	985
	24.2.4	Segredo de justiça.....	985
	24.2.5	Petição inicial.....	987
	24.2.6	Objeto	989
	24.2.7	Causa de pedir	989
	24.2.8	Partes.....	989
	24.2.9	Prazo para ajuizamento	991
	24.2.10	Litispendência e coisa julgada	993
	24.2.11	Desistência da ação	994
	24.2.12	Competência	995
	24.2.13	Tutela provisória de urgência cautelar.....	995
	24.2.14	Citação	996
	24.2.15	Defesa	996
	24.2.16	Arguição de incompetência	997
	24.2.17	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	997
	24.2.18	Julgamento antecipado do mérito.....	998
	24.2.19	Fase probatória: audiência de instrução e diligências.....	999
	24.2.20	Alegações finais	1000
	24.2.21	Julgamento	1001
	24.2.22	Recurso	1002
	24.2.23	Juízo de retratação.....	1002
	24.2.24	Invalidação da votação e realização de novas eleições.....	1002
25		Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED)	1003
	25.1	Caracterização do Recurso contra Expedição do Diploma (RCED)	1003
	25.2	Natureza jurídica do RCED	1006

25.3	Recepção do RCED pela Constituição Federal de 1988.....	1007
25.4	Aspectos processuais.....	1008
26	Execução eleitoral.....	1021
26.1	Sanções eleitorais.....	1021
26.2	Execução de multa eleitoral	1022
27	Ação rescisória	1029
27.1	Ação rescisória eleitoral.....	1029
27.2	Ação de anulação de ato processual.....	1033
27.3	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	1034
	Referências	1035
	Índice remissivo	1047
	Apêndice.....	1057
	Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE	1057